



## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLIV Nº 76

Brasília - DF, quinta-feira, 20 de abril de 2017



90

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 76, quinta-feira, 20 de abril de 2017

### RESOLUÇÃO CNAS Nº 3, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

Aprova o ajuste das metas de execução do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Programa Acessuas Trabalho para os municípios com saldos financeiros nos respectivos fundos de assistência social.

**O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**, no uso da competência que lhe confere o art. 18, incisos II e IV, da [Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993](#) – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e,

**Considerando** a [Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](#) - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

**Considerando** a [Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004](#), do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a qual institui o Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

**Considerando** a [Resolução nº 13, de 27 de abril de 2012](#), do CNAS, que estabelece os requisitos e critérios de partilha do cofinanciamento federal para apoio às ações de articulação, mobilização para inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho;

**Considerando** a [Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012](#) do Conselho Nacional de Assistência Social, que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho;

**Considerando** a [Resolução nº 05, de 13 de março de 2013](#), do CNAS, que aprova as metas e os critérios de partilha para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção do acesso ao mundo do trabalho - ACESSUAS Trabalho para o exercício de 2013;

**Considerando** a [Resolução nº 17, de 05 de junho de 2014](#), do CNAS, que aprova metas e critérios de partilha para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho para o exercício de 2014;

**Considerando** a [Resolução nº 27, de 14 de outubro 2014](#), do CNAS, que altera a [Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012](#), que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho;

**Considerando** a [Resolução nº 24, de 15 de dezembro de 2016](#), do CNAS, que altera o art. 3º da [Resolução CNAS nº 17/2014](#), e aprova as metas e critérios de partilha para o Cofinanciamento do Programa Nacional de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho;

**Considerando** a [Resolução nº 25, de 15 de dezembro de 2016](#), do CNAS, que altera a [Resolução nº 18, de 2012](#), que instituiu o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Programa Acessuas Trabalho;

**Considerando** a Resolução nº 3, de 21 de março de 2017, da Comissão Intergestores Tripartite – CIT, que repactua as metas de execução do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Programa Acessuas Trabalho para os municípios com saldos financeiros nos respectivos fundos de assistência social, RESOLVE:

**Art. 1º** Aprovar o ajuste das metas de execução do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Programa Acessuas Trabalho, instituído pela [Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012](#), com as alterações da [Resolução nº 25, de 15 de dezembro de 2016](#), do CNAS, para os municípios com saldo de recursos financeiros, no respectivo fundo de assistência social, igual ou superior a R\$ 20.000 (vinte mil reais), em 31 de março de 2017.

§1º A meta fixada na repactuação observará, para cada R\$ 20.000 (vinte mil reais) de saldo dos recursos financeiros existentes no respectivo fundo de assistência social, o parâmetro de 100 (cem) pessoas atendidas em ciclos de oficinas realizadas, conforme orientação técnica.

§2º Na hipótese de não realização da repactuação, nos termos desta Resolução, o município deverá efetuar a devolução do saldo de recursos financeiros ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

**Art. 2º** Os recursos de cofinanciamento federal do Programa Acessuas Trabalho poderão ser utilizados para realização de todas as atividades e estratégias previstas na [Resolução nº 18, de 2012](#), com as alterações da [Resolução nº 25, de 2016](#), do CNAS, desde que seja assegurado o cumprimento da meta repactuada.

Parágrafo único. Os municípios com saldo de recursos financeiros, inferior a R\$ 20.000 (vinte mil reais), em 31 de março de 2017, serão dispensados de realizar a repactuação de metas, devendo executar o saldo existente nos termos do §6º do art.3º da [Resolução nº 17, de 5 de junho de 2014](#), do CNAS.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**FÁBIO MOASSAB BRUNI**

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social